

SESSÕES DO PLENÁRIO

108ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de novembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES 3º SECRETÁRIO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A Secretaria da Mesa informa a presença de 54 Srs. Deputados. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência da sessão no dia 09/10/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência das sessões nos dias 15 e 18/10/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Luizinho Sobral, comunicando sua ausência da sessão no dia

29/10/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):-Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. CARLOS BARSEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores desta Casa, imprensa, venho a esta tribuna para me solidarizar com os deputados da base do governo que ontem se pronunciaram na defesa das ONG's e na defesa do Governo Jaques Wagner, com relação ao convênio que fora denunciado pelo deputado Luciano Simões. Lamentar, inclusive, a postura do deputado Luciano Simões e ao mesmo tempo, observado seu discurso de ontem, que mudou completamente o teor e a postura do discurso aqui realizado na última quarta-feira.

Acho que o tom do seu discurso de ontem é o tom do discurso que deve ser pleiteado nesta Casa por todos nós, diz respeito não só aos deputados e aos servidores desta Casa, mas também à sociedade baiana, porque não se pode permitir mais, num modelo democrático que vivemos e que nós que fortalecemos a democracia por todos o país, que se use termo como: “é a maior roubalheira da história do Estado da Bahia”. Acho que ele foi muito infeliz na sua fala da última quarta, e ontem, quero assim acreditar, fez uma ressalva do discurso, chegando perto do nível com que nós, deputados representantes do povo, devemos tratar as coisas dentro desta Casa. Queria dizer que me sinto muito à vontade para vir à tribuna, porque quando secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, foi a nossa equipe que conseguiu do governo federal, através do governo Wagner, esse volume de recurso tão importante para a Bahia e que passou despercebido, a importância desse quantitativo de recursos que vai levar, com certeza, para milhares de famílias baianas melhor condição de vida e dignidade de viver no campo, e muitas das vezes isoladas, longe de qualquer oportunidade de recursos hídricos.

Dizer que esses recursos foram quatro vezes mais do que os valores do primeiro mandato que o governo Wagner conseguiu do governo federal. Portanto, está aí uma vitória da Bahia, de trazer só para esse programa do Mais Água 125 milhões de reais que vai atender a milhares de famílias. E para quem não tem conhecimento, qualquer tecnologia dessa envergadura, que vá trazer não só para guardar água para o consumo animal, mas também para a produção de alimentos, para o sustento da sua família e que a sobra acaba sendo levada para comercialização, melhorando assim a renda da família, é da ordem, em média, de 7 mil reais, e que às vezes as pessoas colocam 125 milhões como se o valor de cada tecnologia dessa não valesse, não tivesse a importância devida.

Mas dizer que ficamos tristes quando ele denuncia de forma sem conhecimento, até irresponsável, porque não sabe o esforço que o governo fez, e a Procuradoria Geral do Estado fez, e a Secretaria de Desenvolvimento Social e

Combate à Pobreza, da qual eu era responsável na época, fizemos para construir, primeiro uma estrutura e um grupo de trabalho envolvendo advogados e técnicos da Sedes junto com procuradores da PGE, para que se criasse esse modelo, esse edital baseado em todas as leis que permeiam as regras de licitação do nosso País e do nosso Estado. Então, foi uma preocupação muito grande nesse sentido, justamente porque íamos trabalhar com volume de recursos dessa envergadura.

Então, acho que com essas acusações sem fundamento e sem provas, até porque os recursos nem sequer chegaram nas mãos das ONG's, acho que foi realmente um ato insensato do deputado e diria infeliz de poder, com a sua fala, desconfiar de pessoas que lá estiveram construindo o edital, como eu construí, e tenho absoluta convicção de que a companheira Mara, nossa assessora, como secretária, também, abraçou o nosso entendimento de fazer com que os recursos públicos sejam cada vez mais protegidos e, cada vez mais eles tenham, realmente, a publicação das suas concorrências, para que, lá na ponta, o baiano, que realmente merece receber o recurso, que seja recebido na sua integridade.

Então, quero aqui solidarizar-me com todos os deputados da base do governo, e dizer a todos os representantes das ONG's desse Estado que se isso é o embate político a ser firmado nesta Casa, nós vamos estar na defesa das ONG's, porque elas que têm as expertises, a capacidade e a qualidade para fazer esse tipo de obra, que está vinculado a esse edital de 125 milhões.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que essa mudança de comportamento que a política brasileira, hoje, está vivendo, em cima do trabalho do presidente Lula e do governador Wagner, eu sei que incomoda a muitos setores da política baiana e da política brasileira. Mas, é através das organizações sociais, com pessoas competentes, sérias e honestas que nós vamos chegar ao homem e à mulher do campo mais necessitados que, às vezes, o poder público não consegue chegar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, todos que nos assistem pela TV Assembleia e demais que aqui estão no Plenário desta Casa, subo, mais uma vez, à tribuna, agora para reconhecer que do limão a gente pode fazer uma limonada.

Acho que foi oportuna a levantada de bola que os deputados de Oposição fizeram com relação à questão das ONG's, porque estarei sugerindo à nossa Bancada que subscreva, formalize uma solicitação à Mesa para que possamos fazer uma sessão especial, onde o ambiente seja propício para que as ONG's, que estão fazendo esse trabalho inestimável em toda a Bahia, servindo de exemplo para todo o Nordeste e também para todo o Brasil, possam, de forma transparente, mostrar o resultado da luta, mostrar as dificuldades históricas que essas ONG's tinham naqueles governos de passado recente. Um passado que queremos esquecer, onde era apenas possível

colocar recursos à disposição das diversas comunidades que nunca receberam a mão do Estado, para que testemunhassem o quanto era difícil bater nas portas do governo estadual, desde 1999, e ter que buscar recursos na Europa, na América do Norte, para que esses recursos pudessem alavancar algumas iniciativas nos sertões baianos, nos sertões do Nordeste brasileiro.

E aí é muito interessante que possa, também, fazer uma prestação de contas histórica, dizer da importância que tem uma chamada pública, um processo inovador, não só na articulação com as ONG's que estão estruturando iniciativas para dar segurança hídrica, para dar uma estrutura mínima de recursos, quando o momento da estiagem chegar no sertão baiano, no sertão brasileiro.

Também, é importante que essas entidades possam testemunhar que seria impossível que a EBDA ou qualquer outra empresa de assistência técnica e extensão rural, sozinha num Estado que tem a dimensão de um país como a França, pudesse ter a capilaridade e a possibilidade de atender sistemas de produção em grupos, em associação, cooperativas, com tecnologias sociais advindas da experimentação do povo simples do lugar.

Acho que são expectativas inovadoras de congregar todas essas iniciativas que o governo da Bahia, no primeiro governo Jaques Wagner, teve a intencionalidade de abrigar essas demandas formuladas de há muito por essas ONGs na sua articulação, na sua caminhada, tentando emancipar cidadãos e cidadãs, especialmente, o sertanejo e sertaneja baianos.

Então, é importante, porque podemos festejar os passos que já demos, e não haveremos de retroceder, mostrando que, de fato, a Bahia, através dessa posição inovadora do governo Jaques Wagner, pode conferir capilaridade a uma série de políticas públicas que até então eram encetadas para poder fazer valer o poder de mando dos antigos coronéis que fizeram política, até bem pouco tempo, em nosso Estado.

Portanto, é momento de celebrarmos essa iniciativa, trazer para uma sessão especial, convidando, especialmente, a Bancada da Oposição para que se faça presente, para que ouça, para que receba o relatório, a fim de que possa, com mais responsabilidade, proceder quando algum dos seus integrantes subir a esta tribuna para assacar seus discursos virulentos, sem base sólida, a detratar iniciativas que estão certamente mudando, para sempre, o cenário de horror e de pobreza que estamos acostumados a ver grassar por essa Bahia tão imensa e tão necessitada de políticas públicas coletivas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Casa, ouvintes da *TV Assembleia*, imprensa, pessoas que nos assistem nas Galerias Paulo Jackson, hoje eu venho a esta tribuna muito preocupada, diante da

aprovação, Sr. Presidente, na Câmara federal, da diminuição dos *royalties* da Petrobras para os municípios produtores de petróleo.

Vejam bem os senhores que todo município que produz o petróleo tem seus problemas, e na região onde ele é produzido há o problema sério de agressão à vegetação, aos animais. O pelo do animal fica prejudicado, os animais perdem o peso, prejudica-se a bacia leiteira, e nós estamos muito preocupados.

Além de toda região que produz o petróleo, a agricultura é prejudicada, porque todas as pessoas que têm no solo a produção do petróleo ficam impedidas de plantar, de cultivar, e, às vezes, prejudica as feiras livres dos nossos municípios, a produção hortifrutigranjeira. Prejudica muito e nós nos preocupamos, porque muitas pessoas que são ruralistas, que residem na zona rural e que sobrevivem do plantio, da agricultura, o deputado sabe disso, inclusive a nossa região é mais petrolífera, são prejudicadas sem dúvida alguma. Isso é o sustento da família, nós estamos vendo que está sendo reduzido em nível nacional, porque eram 30%, agora os municípios passaram de 26,25% para 20%. Pensamos que é uma distribuição que vem do governo federal para os municípios, para o Estado e já chegam ao município sem que saibam o que recebem, o que estão faturando...

Lembro-me de que, quando fui prefeita do município de Pojuca, quando assumi a prefeitura, procurei saber da Petrobras o quanto ela pagava dos poços de petróleo que eram sediados no município. Até então não se sabia quanto foi levantado na região onde havia os poços e na divisão entre os municípios. Pudemos assim tomar conhecimento da receita dos *royalties*. Muitas vezes os orçamentos são programados dentro da receita do município. Quantos municípios estão aí, meus caros colegas, sem poder pagar o 13º salário? Sem poder fechar a sua contabilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal? Até mesmo serem obrigados a demitir contratados e deixar as pessoas no final do ano sem recurso, sem emprego para poder fechar a sua contabilidade. Em vez de aumentar a receita dos municípios, com a sua tolerância, Sr. Presidente, diminui. Isso preocupa muito todos nós que representamos uma região, que representamos um município. Cada um de nós tem a sede onde reside, onde mora, no município onde nasceu, como eu, e essa situação me preocupa muito. Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Ubaldino. Peço à deputada Maria Luiza Laudano que me substitua, porque daqui a pouco vou fazer uso da palavra.

(A deputada Maria Luiza Laudano ocupa a presidência dos trabalhos.)

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Mui digno presidente, companheiros deputados, deputadas, amigos que nos prestigiam nas Galerias Paulo Jackson, nesta quarta-feira do mês de novembro, quando estamos com a presidência nas mãos da Oposição, queremos parabenizar o companheiro Leur. Por certo o nosso companheiro Marcelo Nilo faz muita falta nesta Casa, e ele tem o nosso afeto e o nosso apreço.

Quero neste momento externar a minha fala concernente às ONGs. O homem

erra por não conhecer, erra também por lapso ou por hábito. O companheiro Luciano para mim, que já fui seu eleitor, é um espelho nesta Casa. Creio que foi um lapso de sua parte quando ele externou a palavra roubalheira.

Sabemos o chefe de Estado que nós temos. O governador Wagner é um homem de vida ilibada, irrepreensível, um verdadeiro espelho como gestor para todos os baianos que acreditaram nele. Foi o governador Wagner que disponibilizou as contas do Estado colocando para apreciação dos Srs. Deputados e para todos os baianos demonstrando verdadeira lisura. Ele que é um grande governador, um grande pai de família. Conheço o seu perfil, o seu caráter, a sua maneira de agir.

Tenho certeza de que aquilo que foi distribuído o foi com justiça e com o objetivo, companheiro Joseildo, de alcançar os mais carentes. Conhecíamos a história da nossa Bahia, o caos que aqui se instalou e, hoje, a Bahia que temos, graças a Deus!

Dizem que a alma farta pisa o favo de mel, mas para o faminto todo amargo é doce. Quando chegamos ao Semiárido da Bahia, encontramos pessoas abrindo a torneira da sua casa, ligando a sua energia, podendo ligar o seu liquidificador, a sua geladeira, o ferro de passar. É esse povo que teve o gesto de solidariedade do governador Wagner que veio para mudar a fisionomia sofrida da nossa Bahia. E é por isso, companheiro Zé Neto, que estamos nesta Casa como colunas para defender os interesses dos baianos e também defender o homem que se chama Jaques Wagner que, realmente, tem feito um excelente trabalho na nossa querida Bahia.

Quero, neste momento, solidarizar-me com o sofrimento dos olindinenses porque em Olindina passou um verdadeiro tornado que arrancou 6 postes de energia, parabólica se os telhados das casas. Foi uma verdadeira catástrofe. Mas tenho certeza de que o Deus que manda o vento e a chuva é o que dá também o provimento para resolver todos os problemas. Fica aqui o meu gesto de apreço e de carinho para os olindinenses, para povo da minha terra.

Neste momento, quero repudiar a decisão do Supremo liberando. Muitos não querem que externemos a nossa fala, mas Deus priorizou a família constituindo homem e mulher, macho e fêmea. Só poderia existir casal e procriação se existissem o homem e a mulher. Então a minha palavra de repúdio a determinadas decisões.

Continuo solidário com o povo católico e com o povo evangélico que defendem e primam pela ética, pela justiça, pelo matrimônio e pela família.

Fica aqui o gesto do deputado Ubaldino repudiando tais determinações, mas abraçando a ética, o respeito, a moral e a família.

Muito obrigado, Sr^a Presidente. Fica a minha palavra de apreço e de solidariedade. Um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, hoje pela manhã, estive no município de Simões Filho participando das comemorações dos 51 anos de sua emancipação.

E não poderia deixar de participar das comemorações daquele município por dois motivos. Primeiro, pelo carinho que o seu povo tem por mim. Tivemos nas últimas eleições uma presença muito forte lá, com votação bastante representativa. Então não poderia deixar de abraçar o povo de Simões Filho, agradecendo o apoio e o carinho que sempre tem nos dado nos processos eleitorais e no dia a dia.

O outro motivo dessa participação, diria até o principal, foi prestigiar uma das maiores lideranças comunistas do Brasil, o nosso camarada Haroldo Lima, que recebeu o Título de Cidadão de Simões Filho.

Algumas pessoas perguntaram o porquê desse título, questionando a relação dele com a cidade. Ora, em primeiro lugar, Haroldo tem uma relação com os trabalhadores, os cidadãos e cidadãs de todo o Brasil e de o todo mundo, porque é um lutador pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo e pela construção de uma sociedade justa, na qual todos possam viver com dignidade.

Em segundo lugar, Haroldo Lima, que passou boa parte de sua vida na clandestinidade ou preso, logo após sair da prisão, em 1981, se incorporou à vida social de forma mais aberta, na medida em que a sua atuação, antes, era clandestina para preservar a sua própria vida.

Pois bem, ingressou no PMDB, sendo eleito deputado federal em 1982. E já em 1983 foi o único deputado baiano e um dos principais responsáveis pelo resgate do direito de voto ao povo de Simões Filho, que era área de segurança nacional e as pessoas não podiam votar, com a sua população submetida a um interventor.

E assim, com espírito democrático de liberdade e de libertação, Haroldo foi o único deputado que apresentou um projeto de lei – foi o primeiro dele no Congresso Nacional – resgatando o direito de voto para aquela cidade. Esse projeto foi aprovado e, graças à luta da população e ao deputado Haroldo Lima, a população de Simões Filho adquiriu o direito de voto.

Esse trabalho de Haroldo foi reconhecido, por isso ele recebeu esse Título de Cidadão de Simões Filho. E eu não poderia deixar de estar lá para prestigiar essa grande liderança do nosso Estado, do nosso País e até mesmo internacional: nosso camarada Haroldo Lima, internacionalista proletário, comunista, que luta pela construção do socialismo no Brasil e no mundo.

Parabéns, população de Simões Filho; parabéns, camarada Haroldo Lima, agora cidadão de Simões Filho. Na realidade, ele é cidadão do mundo, não é de nenhum país em particular, como diria Charles Chaplin. Haroldo Lima é um cidadão do mundo que luta pelo socialismo, é um internacionalista proletário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Gildásio Penedo Filho):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Imprensa presente, Galerias, tele-ouvintes da TV Assembleia, acompanhamos, nesta semana, uma série de pronunciamentos liderados pelo governador Jaques Wagner, pelo vice-governador Otto Alencar e tantos outros líderes políticos do nosso Estado

sobre a preocupação iminente em relação a queda brusca da arrecadação tributária do nosso país, de modo especial, no Estado baiano.

Por conta de uma série de ações do governo federal como esforço para manter a economia aquecida, principalmente no que tange à isenção de determinados tributos, de modo especial o IPI sobre a linha branca e a linha automobilística, acabou impactando, deputada Maria Luiza Laudano, nobre presidente, nos Estados que têm no fundo de participação do Estado e nos municípios que têm no fundo de participação dos municípios suas principais receitas tributárias, uma queda extremamente significativa.

A Bahia, só para situar, teve, nesses últimos meses, um prejuízo de cerca de 150 milhões de reais, que acaba, de uma certa forma, comprometendo tanto a questão dos investimentos como a questão da própria receita corrente líquida do Estado.

Da mesma forma, houve uma medida em função da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, que também impactou nesses entes federados. A Bahia, por exemplo, deixará de arrecadar, só neste ano, cerca de 61 milhões de reais, dinheiro esse que poderia ser revertido principalmente para área de infraestrutura, melhorando sensivelmente a malha rodoviária baiana.

Ontem, já tivemos um alento importante, até porque, deputada Luiza Maia, é difícil avançarmos, até por uma cultura histórica, não só neste governo, também foi no passado e nos vindouros, na questão da chamada reforma tributária que possa, deputada Luiza concorda comigo, fazer, de fato, a repactuação dessas receitas, até porque, historicamente, desde a Constituição de 1988, todas as receitas novas que foram criadas por força desse organismo jurídico, foram feitas através de contribuições, e as contribuições, por si só, não precisam ser repartidas com os entes federados, o que acabou gerando uma concentração extremamente nociva ao pacto federativo nas mãos da união, que hoje detém mais de 65% de toda receita do nosso país.

Por conta disso, há uma distorção histórica que mostra como isso hoje é agravado, até porque, das receitas hoje da União, 46 são em função de contribuição, mudando o perfil da arrecadação, deputado Alan Sanches, que no passado chegou a ser de 70, 75% em relação à arrecadação de tributos, o que acaba gerando essa concentração.

Ontem, no Congresso Nacional, houve uma movimentação que considero extremamente importante, que foi a aprovação da nova modelagem em relação à distribuição dos *royalties*, deputado Joseildo Ramos, em relação à questão do petróleo. Houve um avanço expressivo porque da forma como está haveria ainda mais um modelo perverso desse tipo de concentração.

O Congresso, ontem, deu uma demonstração extremamente importante, porque faz uma repactuação dessas receitas, premiando, inclusive, municípios e Estados que não são os chamados produtores, como a parcela que até então praticamente inexistia. É de fato importante. Não vejo outra fórmula de poder avançar na chamada reestruturação do pacto federativo senão através dessas pontuais reformas, porque, até pela estrutura que existe, pelas forças políticas que compõe o cenário nacional é

muito difícil.

Vejam só que o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, deputada Luiza Maia, ontem, estavam – como diz V.Ex^a – extremamente estressados com essa nova modificação que acaba com uma concentração histórica que não traz, efetivamente, um resultado uniforme num País tão continental como o Brasil. Não adianta o Sul e o Sudeste imaginarem que eles são o centro do mundo. Temos de ter essa política de distribuição de receitas, alavancando economias importantes, como a do Nordeste, que precisam, de fato, do apoio e da mão dos organismos estaduais e federais para poder, de uma certa forma, reverter uma tendência histórica de concentração de receita de desigualdade social. Vejo isso com muito bons olhos. Quero parabenizar, de qualquer forma, a iniciativa da presidente Dilma Rousseff de entender, de ter a noção exata dessa nova compreensão que, de fato, poderá trazer alguns avanços, mesmo que esporádicos, que poderão contribuir com municípios e estados que, na verdade, não tiveram o privilégio de estar nas áreas onde o petróleo, muitas vezes, tem essa grandeza. É uma divisão justa, até porque a própria União e a própria Constituição entendem que os recursos oriundos do subsolo são da União.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- E se esses recursos são da União, pertencem a todos nós brasileiros, principalmente aos nordestinos, porque por pouco que possam parecer serão muito importantes nessa nova repactuação. Eu entendo como um avanço.

Portanto, quero trazer, aqui, a minha alegria de ver o Congresso Nacional avançar nesse segmento tão caro que é a reforma tributária.

Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Boa-tarde a todos. Sr^a Presidente, quero concordar com o discurso do deputado Gildásio Penedo Filho, mas isso é ainda muito pouco e muito pequeno. Nós, brasileiros, precisamos ter coragem de enfrentar esse debate, deputado, a reforma tributária, a concentração dessa riqueza, dessa receita na mão da União que tem criado sérios e graves problemas, principalmente para o nosso Nordeste. Acho que esse foi um avanço importante. Temos conhecimento do estresse dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. O prefeito Caetano – me lembro da Marcha dos Prefeitos, em Brasília, que também batalhou por essa luta – realizará, no próximo final de semana, um encontro, em Guarajuba. Acho que esse debate, deputado Gildásio, precisar vir para a nossa ordem do dia, porque ainda é pouco.

Além dessa questão dos *royalties*, além dessa questão da concentração de mais de 60% nas mãos da União, nós precisamos também abrir outra discussão que é a questão do orçamento. Eu vi um ministro defendendo que 100% dos *royalties* fossem para a educação, e vi também a discussão dos que não concordam.

Nós precisamos também colocar um outro elemento nesse debate que é essa questão da dívida. Eu estava ouvindo, deputado, a entrevista de uma senhora que faz a defesa da auditoria na dívida do Brasil, e ela colocava que R\$ 900 bilhões do dinheiro arrecadado pela União é para pagamento do serviço da dívida e que R\$ 70 bilhões são destinados à educação e à saúde. Há distorções de todo o tipo.

Nós precisamos ter coragem de abrir essa discussão. Se as instâncias que deveriam fazer esse debate ou tomar a iniciativa, o Senado e a Câmara Federal, não fizeram, acredito que o povo brasileiro precisa chamar para si essa responsabilidade como fizeram com o “Ficha Limpa”, porque o Brasil não suporta mais. A desigualdade de distribuição dessa receita, a desigualdade de distribuição de riqueza e de renda no Brasil ainda é muito grande.

Estamos vendo o que o presidente Lula realizou no início do seu governo, fazendo com que mais de R\$ 40 milhões de brasileiros ascendessem, melhorassem sua vida, saíssem da exclusão para ter uma vida decente, incluir-se como cidadão, estar numa classe média, mesmo baixa, mas sabemos que a vida desses trabalhadores ainda é dura. O valor que o DIEESE coloca para ser o salário mínimo é de dois mil e tantos reais, não me lembro o percentual, e sabemos que o salário mínimo de 622 reais ainda é muito pequeno. Então, precisamos enfrentar essa discussão.

Nesta semana, numa reunião da Comissão dos Direitos da Mulher, tivemos a honra de receber a visita de algumas professoras da UFBA pedindo que abrissemos essa discussão nos convidando para participar de um seminário importante sobre a questão da reforma política, que também engloba outro tipo de reforma, e nós precisamos ajudar a população brasileira a encontrar uma saída para essa dificuldade que a gente vive, principalmente no nosso Nordeste.

Quero também registrar minha alegria sobre o resultado das eleições aqui no nosso Estado no primeiro estudo sobre a presença das mulheres nas eleições municipais. Tínhamos apenas 47 prefeitas num Estado de 417 municípios, crescemos para 64. Tínhamos apenas 62 vices e hoje temos 73. De 492, se não me engano, vereadoras, crescemos para 569. Acho que foi um avanço. Não podemos dizer que não cresceu a presença da mulher nesses espaços importantes de decisão política, mas também reconhecemos que ainda é uma parcela muito pequena.

Acompanhei de perto as dificuldades que as mulheres têm. Camaçari, por exemplo, só do lado do nosso candidato tínhamos 70 candidatas à vereadora e elegemos apenas uma, deputado Aderbal. É uma dificuldade muito grande. Essa pequena reforma que houve lá em Brasília de determinar um tempo maior nos programas eleitorais, de deixar um espaço maior do fundo partidário para as candidatas, vimos que não surtiu efeito.

Os partidos precisam entender isso como uma questão do aprimoramento da democracia a presença com mais força das mulheres e de outros segmentos sociais que vivem alijados, fora dos centros de decisões e que sabemos que é um prejuízo, porque somos hoje mais da metade da população e não podemos aceitar não ter nem 10% de presenças nesses espaços.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Como existe um acordo de lideranças para ampliar o Pequeno Expediente por 15 minutos, com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Muito obrigado, Sr^a Presidenta, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, demais presentes nesta sessão, hoje quero falar um pouco sobre a saúde em Salvador. Foi noticiado em diversos meios de comunicação sobre o Hospital Santa Izabel e eu, que estudei na Faculdade Baiana de Medicina, fui residente e preceptor de residência naquele hospital, conheço-o demais e sei o seu grau de resolutividade.

Dessa forma, ficou parecendo que a dificuldade de acesso à saúde era do Hospital Santa Isabel, quando na verdade não é. Este hospital é apenas um dos prestadores de serviço da rede filantrópica de Salvador, mas que acaba, pelo alto grau de resolutividade que tem, tendo uma procura demasiada, inclusive, os municípios de Salvador, onde a maioria dos seus prefeitos foram derrotados, muitos fecharam a Secretaria de Saúde. Mas a doença não espera.

Então, esses municípios dessas cidades onde a Secretaria de Saúde estão fechadas, V.Ex^{as} podem procurar saber disso, sem dar atenção aos seus municípios, estão vindo bater na porta do Santa Izabel, principalmente, como já disse, pelo grau de resolutividade que aquele hospital apresenta. Mas houve há poucos meses um chamamento público feito pela Secretaria de Saúde do município de Salvador e ele, nesse chamamento, faz a contratação de diversos outros prestadores de serviço, atendendo, inclusive, a um apelo do Ministério Público Estadual, que pediu esse chamamento público. Dessa forma, vários serviços ainda estão em aberto.

Muitos prestadores de serviço têm procurado nosso gabinete pedindo alguma intervenção sobre esse assunto, porque a Secretaria de Saúde do Município pode. E tenho certeza de que, antes do término do mandato, o nosso prefeito João Henrique assinará os contratos dessas clínicas, desses prestadores de serviço, para assim aumentar a capacidade de atendimento a nossa população de Salvador, que tanto sofre com isso.

Queria deixar bem claro que não é o Hospital Santa Izabel. Realmente há uma parcela de culpa da Secretaria de Saúde, porque ainda não fez esse chamamento. Acho que pode, sim, atender a esse apelo do Ministério Público Estadual, bem como o apelo da população e assinar logo esses contratos, aumentando satisfatoriamente a quantidade dos prestadores de serviço.

Quem vai agradecer por essa nova contratação, com a regularização dessa rede de atendimento, será a população, que poderá procurar não só o Hospital Santa Izabel, mas diversos prestadores de serviço, nos quais terá o seu atendimento realizado.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, o Brasil assistiu ontem a uma sessão histórica no Congresso Nacional, quando a Câmara dos Deputados deu uma demonstração de independência e altivez votando contra os interesses e a orientação do Palácio do Planalto com relação à redistribuição dos *royalties* do petróleo. Sobretudo, meu caro deputado Leur Lomanto Junior, com o encaminhamento dado pelo Líder do PMDB e futuro presidente daquela Casa.

Na verdade, a Câmara votou a favor dos interesses dos estados e municípios, acabando com aquela história de que os municípios produtores – assim definidos porque geograficamente estão mais próximos das áreas de produção – seriam sempre mais aquinhoados com a riqueza do petróleo, sem compartilhar com as demais unidades da Federação e com os municípios mais pobres, aqueles que mais precisam do poder público.

Prevaleceu o bom senso, prevaleceu a emenda aprovada no Senado Federal. E agora vai à sanção da presidente Dilma Rousseff.

Mas não posso deixar de salientar que mais uma vez os deputados baianos do PT ficaram contra os interesses da Bahia e a favor da orientação do seu partido e do governo federal. Entre os poucos baianos que votaram contra a redistribuição desses *royalties* do petróleo estão os deputados Afonso Florence, Amauri Teixeira, Emiliano José, Geraldo Simões, Josias Gomes, Luiz Alberto, Sérgio Barradas Carneiro, Valmir Assunção e Waldenor Pereira, todos do PT. Além desses, Antônio Brito e João Carlos Bacelar. Todos contra os interesses da Bahia.

Fico a pensar, meu caro deputado Carlos Geilson: mais uma vez esses deputados que ficaram contra a Bahia se curvaram à orientação do Planalto e do PT. Nós sempre dissemos aqui que eles, ou seja, a representação baiana do PT, quando têm de se posicionar entre os interesses do nosso Estado e os interesses do Partido dos Trabalhadores, ficam com o partido e contra os interesses baianos. Isso ficou muito claro ontem à noite.

Ou então seguiram a orientação do governador da Bahia, que se omite mais uma vez. Ou será que não se omitiu? Ou será que o carioca Jaques Wagner preferiu ficar com os interesses da sua terra natal, o Rio de Janeiro, do que com os interesses da Bahia, cujo povo lhe deu, por duas vezes consecutivas, a representação para nos defender junto aos interesses do governo central. O governador está lá em Brasília. Porque não reuniu o PT, a sua Bancada e pediu, como fez Eduardo Campos e como fizeram todos os governadores que serão beneficiados? É por isso que ele não tem coragem de falar em Pacto Federativo. Coloca o vice-governador Otto Alencar para falar, porque não tem autorização do PT. Diferente de Eduardo Campos, que levanta essa bandeira, diferente de Aécio Neves, diferente de governantes que colocam os interesses de seu Estado em primeiro lugar.

Por isso, meu caro deputado Carlos Geilson, a pergunta que eu faço nesta tarde e que não quer calar: que orientação seguiu a Bancada do PT baiano no Congresso

Nacional contra os interesses do nosso Estado, para virem mais recursos para o nosso Estado? É simplesmente para seguir a orientação do Partido dos Trabalhadores, ou aí tem a digital do governador Wagner que faz prevalecer a sua naturalidade em detrimento dos interesses dos baianos que deram a ele procuração para, como líder maior deste Estado, nos defender. Será que falou mais fundo no coração do governador o seu sentimento de carioca? Longe de mim fazer uma guerra fiscal, uma guerra entre Estados, entre irmãos. Eu adoro o Rio de Janeiro, mas entre o Rio de Janeiro e a Bahia, me posicionarei sempre pela Bahia. É nisso que difere, sempre, o inesquecível senador Antonio Carlos Magalhães do atual governador da Bahia: um, baiano apaixonado pela Bahia, sempre na defesa intransigente dos interesses maiores de nosso Estado; o outro, todas as vezes que o interesse da Bahia está em jogo, fica com o interesse do seu partido, agora, reforçado pelo interesse de sua terra natal, o Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Alan Sanches:- Pela ordem, Sr^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:-Sr^a Presidente, só quero deixar registrado meus parabéns ao deputado Carlos Geilson pelo Dia do Radialista.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Parabéns ao nosso colega Carlos Geilson por esse importante dia.

Em permuta com o deputado Rosemberg Pinto, concedo a palavra ao deputado Bruno Reis pelo tempo de até cinco minutos (Pausa).

Concedo a palavra ao deputado Bruno Reis pelo tempo de até cinco minutos.

Ausente.

Gostaria de registrar a presença nas Galerias Paulo Jackson,a visita honrosa para nós deputados, dos estudantes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiana, do município de Catu. Tenho a honra de, também,representar este município onde fui muito bem votada. Será sempre um prazer recebê-los nesta Casa que também é do povo do Estado da Bahia.

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr^a Presidente, solicito que V.Ex^a proceda uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

A Sr.^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

Existem apenas 14 Srs. Deputados presentes em plenário, número insuficiente para continuidade da mesma. Por isso, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*